

ano 8 - n. 16 | julho/dezembro - 2019
Belo Horizonte | p. 1-254 | ISSN 2238-1511
R. bras. de Infraestrutura - RBINF

Revista Brasileira de INFRAESTRUTURA

RBINF

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Princípio da supremacia do interesse público no direito administrativo brasileiro	
Francisco Eugênio Vilar Torres Teixeira, Silvio Luís Ferreira da Rocha	11
Introdução	12
1 Constitucionalização do direito: origens	12
2 A constitucionalização do direito administrativo	15
3 A evolução do conceito de supremacia do interesse público	16
3.1 O interesse público	17
3.2 O conceito jurídico de supremacia do interesse público – Visão tradicional	18
4 A supremacia do interesse público sob uma nova perspectiva	21
4.1 Os que defendem o fim da ideia tradicional da supremacia do interesse público sobre o privado	21
4.2 Os que defendem a ideia de supremacia do interesse público sobre o privado numa visão tradicional.....	22
4.3 Repensando a supremacia do interesse público sobre o privado	23
5 O STF e a supremacia do interesse público	26
6 O STJ e a supremacia do interesse público	32
Conclusão	33
Referências	34
Segurança jurídica – Acordo de leniência	
Antonio Cecílio Moreira Pires, Eduardo Stevanato Pereira de Souza	37
Introdução: segurança jurídica – Acordo de leniência.....	37
1 As punições da Lei nº 8.666/93	38
2 Lei Anticorrupção	42
2.1 Críticas à Lei Anticorrupção.....	42
2.1.1 “Retipificação” de condutas reprováveis	42
2.1.2 Exagero e incompatibilidade das sanções	52
2.1.3 Competência para responsabilização administrativa.....	55
3 Conclusão – Insegurança jurídica do acordo de leniência.....	58
Referências	62
Tombamento. Aspectos gerais e discricionariedade	
Evian Elias	65
1 Aspectos gerais	65
1.1 Conceito e evolução	65
1.2 Natureza jurídica	69
1.3 Competências.....	72
1.4 Processo ou procedimento.....	73
1.5 Tutela provisória e definitiva	74
1.6 Conjunto normativo: princípios e regras	76

1.7	Discretariedade e vinculação.....	79
1.8	O ato administrativo de tombamento e seus efeitos	82
1.9	Cancelamento da inscrição e outros atos modificativos do tombamento.....	83
1.10	Controle externo	85
2	Conclusões	86
	Considerações finais.....	88
	Referências	88

As vantagens do VPL pela outorga como critério de julgamento na licitação para concessão

Adriano Alexandre Sundfeld	91
Contextualização da outorga fixa em concessões	91
Análise da outorga variável como ferramenta	94
Estudo de caso – Ilustração de parâmetros básicos da modelagem de uma concessão.....	96
Modelagem com a outorga fixa	98
Modelagem com o VPL variável oferecido pela outorga.....	100
Resumo dos cenários modelados em quadro comparativo.....	102
Conclusão	104

Extensão subjetiva das proibições de contratar com o Poder Público

Bruno Lauer	107	
Introdução	107	
1	Análise do arsenal coercitivo à disposição do Poder Público para restringir o direito de licitar dos particulares	108
1.1	Lei de Defesa da Probidade Administrativa.....	108
1.2	Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.....	110
1.3	Lei de Licitações	110
1.4	Lei de Proteção ao Meio Ambiente	112
1.5	Lei do Pregão	113
1.6	Lei de Licitações do Estado da Bahia	114
1.7	Lei Antitruste	115
1.8	Lei das Estatais.....	117
1.9	Síntese dos resultados obtidos com a pesquisa legislativa	120
2	Análise jurisprudencial.....	122
2.1	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 15.166 – BA.....	122
2.1.1	Narrativa	122
2.1.2	Análise.....	123
2.2	Acórdão nº 2593 – Plenário – TCU.....	124
2.2.1	Narrativa	124
2.2.2	Análise.....	125
2.3	Mandado de Segurança nº 32.494/DF – STF	126
2.3.1	Narrativa	126
2.3.2	Análise.....	127
2.4	Mandado de Segurança nº 20.703-DF	127
2.4.1	Narrativa	127
2.4.2	Análise.....	128
2.5	Recurso em Mandado de Segurança nº 39-701.....	128
2.5.1	Narrativa	128
2.5.2	Análise.....	129
3	Síntese dos resultados da pesquisa jurisprudencial.....	130
3.1	Desconsideração da personalidade jurídica	130
3.2	Papel dos princípios jurídicos	133

3.3	Pressupostos da desconsideração	136
3.4	Desconsideração da personalidade jurídica e o novo CPC.....	137
4	Considerações finais.....	138
	Referências	139

Espaço de negociação no cumprimento da função estatal

João Victor Tavares Galil	143	
1	Introdução	143
2	A mediação na Administração Pública.....	144
3	Considerações sobre a função administrativa.....	145
4	Discricionariedade administrativa e procedimento de decisão.....	148
5	Supremacia e indisponibilidade do interesse público.....	150
6	A definição dos conceitos vagos: uma relação entre a manifestação dos particulares e a discricionariedade administrativa.....	153
7	Ponderação de princípios e autonomia privada	155
8	Mediação e a possibilidade de igualdade entre as partes.....	155
	Conclusão	158
	Referências	159

Conflito entre o direito à estabilidade do servidor público e a exoneração para cumprimento do limite legal de despesa de pessoal

Lourenço Grieco Neto, Pedro Luiz Ferreira de Almeida	161	
	Introdução	161
1	Servidores públicos	163
1.1	Regime jurídico	163
1.2	Estabilidade	165
2	Limite com despesa de pessoal	169
3	Antinomia constitucional: aparente conflito	172
4	Exame da proporcionalidade	174
5	Perda da estabilidade: corte de gastos e proporcionalidade.....	175
6	Conclusão	178
	Referências	180

Proporcionalidade como fator limitador da discricionariedade administrativa e o controle pelo Poder Judiciário

Leandro Moraes Leardini	181	
	Introdução	181
1	Conceito de discricionariedade administrativa	182
2	Origem e evolução da discricionariedade administrativa	183
2.1	Evolução da discricionariedade administrativa	184
2.2	Discricionariedade no Estado liberal de direito.....	184
2.3	Discricionariedade no Estado social de direito.....	184
2.4	Discricionariedade no Estado democrático de direito.....	184
2.5	Discricionariedade na atualidade	185
3	Origem da proporcionalidade.....	185
3.1	Adequação	186
3.2	Necessidade	187
3.3	Proporcionalidade em sentido estrito.....	187
4	Proporcionalidade é princípio?.....	188
5	Proporcionalidade do direito brasileiro	189
6	Controle judicial da discricionariedade à luz da proporcionalidade	190

7	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema	191
8	Conclusões	192
	Referências	193
 Proporcionalidade e direitos sociais		
Pedro Henrique Trigo Gonçalves da Costa		195
1	Introdução ao princípio da proporcionalidade	195
2	As fases do princípio da proporcionalidade.....	197
2.1	Adequação	197
2.2	Necessidade	197
2.3	Proporcionalidade em sentido estrito	198
3	Os direitos sociais: origem, desenvolvimento e importância	200
3.1	A consolidação do estado liberal	200
3.2	A crise do liberalismo e a ampliação do conceito de direitos fundamentais.....	201
4	A ponderação dos direitos sociais pela proporcionalidade	202
4.1	A proporcionalidade como medida alternativa.....	202
4.2	Os princípios materiais e formais na ponderação.....	204
5	Conclusão	206
	Referências	207
 Ponderação e sanção administrativa – I		
Thomaz B. de Arruda		209
1	Introdução	209
2	Da linguagem	213
2.1	Fundamentos hermenêuticos e formais	214
2.1.1	Linguagem e sentido	214
2.1.2	Círculo hermenêutico e os limites da interpretação	216
2.1.3	Linguagem, método e norma jurídica	221
2.1.4	Aspectos da hermenêutica jurídica	226
2.1.5	Harmonia do sistema jurídico	231
2.1.6	Supremacia da norma constitucional	234
3	Da ponderação	237
3.1	Princípios e regras	237
3.1.1	Breve noção do conceito de princípio jurídico.....	237
3.1.2	Do modelo de princípios e regras	238
3.2	Conflitos e colisões.....	242
3.3	A proporcionalidade.....	245
4	Conclusões	249
	Referências	250
 INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES		253